

## ÀS VÉSPERAS DO GOLPE MILITAR DE 1964...

SOCORRO FERRAZ\*

*Resumo:* Este artigo apresenta considerações acerca de acontecimentos que antecederam o Golpe Civil-Militar de 1964 e propõe uma leitura desses sob a influência da Guerra Fria, política vivida pelas duas maiores potências do século XX: os Estados Unidos e a União Soviética. O artigo se fundamenta em documentos e em depoimentos memorialísticos

*Abstract:* This article aims at drawing some considerations about the events that preceded the Civil-Military Coup of 1964 and proposes a vision of these facts under the perspective of the Cold War – politic developed by the two most powerful nations of the 20<sup>th</sup> century: the United States and the URSS. The article is fundamented on documents and interviews based memoirs.

A queda do Muro de Berlim em 1989 é uma sinalização de que muitos acontecimentos que antecederam esta data podem se ocultar nas relações internacionais que tinham a marca da Guerra Fria.<sup>1</sup> Este conceito, que abrigou inusitadas ações de parte a parte, provocadoras às vezes de efeitos maléficos para a humanidade, foi muito utilizado, de forma falsa ou enganadora. Por ser muito ameaçador, acabou sendo irrelevante se as ameaças tinham possibilidade ou não de se tornarem concretas, mesmo porque ações que se deslocavam em sentido contrário

foram suspensas ou morreram no nascedouro, tamanha era a força da ameaça.

Os dois países/atores mais importantes, que vivenciaram esta política foram os Estados Unidos e a União Soviética,<sup>2</sup> que não apenas se serviram dela para impor seus interesses através das relações internacionais, mas, igualmente, para o controle populacional interno dos seus países: na URSS,<sup>3</sup> concretizou-se por uma rede burocrática militar estabelecida por Lenine e Trotsky e verticalizada por Stalin; nos Estados Unidos, o setor industrial-financeiro-comercial se encarregou igualmente deste controle.

Em nome da segurança nacional, muitas ações criminosas foram perpetradas em relação à autonomia desses estados citados e de outros estados nacionais e acabaram atingindo a liberdade de escolha de suas populações. A Guerra Fria forneceu fórmulas mágicas no sentido de ocultar ações indébitas de um Estado rico e poderoso sobre outros fragilizados. Mesmo que este fenômeno tenha sido protagonizado pelas maiores potências daquela época, os Estados Unidos e a União Soviética, alguns conceitos sobre diferentes formas das nações se autogovernarem e sobre o justo poder de um povo sobre outro já se construíam ao longo do século.

Segundo Naom Chomsky, a Grã-Bretanha, após ter assinado o Tratado de Desarmamento Mundial em 1932, o seu representante nas negociações de paz, Lloyd Georg, insistia em se “reservar o direito de bombardear negros”. Bem antes da assinatura deste Tratado, o secretário de Estado no Ministério da Guerra, Winston Churchill autorizou o uso de armas químicas, como experimento contra recalcitrantes árabes. Assim também, é deste líder a formulação de que países ricos devem governar o mundo e homens ricos suas nações, exatamente por esta condição, a de serem ricos e, portanto, não teriam a necessidade de usurpar o que não lhes pertence.

Era uma idéia força, que acabou se concretizando sobre os destinos de três continentes: Ásia, África e América Latina.

Entre 1930 e até o final da Segunda Guerra Mundial, houve uma aliança temporária, no mínimo estranha, entre o capitalismo liberal e o comunismo, que assegurou a continuidade do capitalismo e de um certo modo salvou a democracia contra o fascismo. Longe de ser uma paz

duradoura, após este período, a insegurança possibilitou ao capitalismo mudanças utilizando o planejamento econômico e o mesmo fator favoreceu a aceleração da retaliação do mundo.

Os acontecimentos que marcaram a história brasileira nos anos 60 têm esta marca, a marca da Guerra Fria e, é sob esta sombra que vamos alinhar alguns comentários:

A ascensão de um executivo nacional reformista após a renúncia de Jânio foi quase impedida por uma manobra militar. No Dossiê Brasil,<sup>4</sup> o jornalista Geneton Moraes confirma esta hipótese com base em pesquisa feita na Embaixada Britânica em Washington: “*num despacho de apenas 11 linhas, enviado a Londres no dia 02 de janeiro de 1963 sob a proteção do selo confidencial, a Embaixada britânica em Washington avisa ao Foreign Office que a CIA produzira no dia 31 de dezembro de 1962, um documento que detecta um complot de militares brasileiros para derrubar o regime Goulart*”. Quem travou ou impediu as manobras militares? Possivelmente, as organizações populares, a burguesia industrial de porte médio, que visava mercados de baixo poder aquisitivo, setores agrários do sul do país, que produziam gêneros alimentícios para o mercado interno, políticos tradicionais que se opunham às manobras dos militares da Escola Superior de Guerra (ESG). Um novo bloco de poder agro-industrial, modernizante e reformista, apoiado pelos trabalhadores urbanos e pelo campesinato, tentava se opor ao capital transnacional e controlar os empreendimentos agro-exportadores, que representavam o setor mais recalcitrante da oligarquia rural. João Goulart, este executivo nacional-reformista, propôs limitações das remessas dos lucros para o estrangeiro forçando as multinacionais a reinvestirem parte de seus lucros no Brasil, o que não foi exigido durante os governos de Juscelino Kubitschek e de Jânio Quadros; sugeriu, também, fazer valer o monopólio estatal da importação de petróleo, a desapropriação de cinco refinarias privadas no Brasil e rever concessões de mineração dadas às corporações multinacionais; tentou controlar e limitar o redesconto bancário versus à especulação financeira e sobre a dívida externa propôs o reescalamento do seu pagamento. Com esta medida forçou aos credores americanos aceitarem as mesmas condições que os credores europeus.

Na frente trabalhista, Jango reajustou o salário mínimo, estendendo benefícios das leis trabalhistas ao campo; estabeleceu uma política de controle de preços e supervisão dos bens básicos de consumo. No capítulo da reforma agrária a sua política foi bastante tímida, desapropriando terras, apenas, ao longo das rodovias e ferrovias federais.

Houve uma tentativa de reestruturar o sistema tributário com base na taxação da renda.

Na participação política popular, este Governo realizou uma significativa reforma eleitoral: acesso dos analfabetos e soldados ao voto. Quanto à reforma do sistema educacional havia uma discussão, da qual participavam técnicos do Ministério da Educação e Cultura, estudantes universitários, professores e políticos. De um lado, udenistas e ou conservadores, que desejavam uma reforma capitaneada por acordos entre o Ministério da Educação e Cultura e a USAID<sup>5</sup> e do outro, a grande massa estudantil universitária e parcela dos estudantes secundaristas, liderados por Darci Ribeiro e Paulo Freire propunham uma intervenção no sistema de ensino desde a abolição do analfabetismo dos adultos até mudanças significativas em nível do terceiro grau, das quais a Universidade de Brasília poderia ser o modelo.

Com quem contava Jango, politicamente? Aparentemente com governadores como Mauro Borges de Goiás, Miguel Arraes de Pernambuco, Leonel Brizola do Rio Grande do Sul, Seixas Dória, de Sergipe, políticos e jornalistas, profissionais liberais como Neiva Moreira, Max da Costa Santos, Darci Ribeiro, Sérgio Magalhães, Almino Afonso, Celso Furtado, Josué de Castro. Em termos partidários contava com o seu próprio partido, o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) com o PCB (Partido Comunista Brasileiro), setores do PSD (Partido Social Democrático) e outros partidos de expressão regional, que o apoiavam pontualmente. Entretanto, Arraes, em seu livro *Le Brésil, le Pouvoir et le Peuple*,<sup>6</sup> editado na França pela Maspero, em 1969, diz claramente que Jango não contava com nenhum governador, incluindo ele próprio. É necessário entender esta afirmação do Governador Arraes: Jango não contava com os governadores para um apoio incondicional ao seu governo, até porque o Presidente não se apresentou com um programa a executar, durante o seu mandato. As reformas realizadas durante o seu tenso e curto governo foram fruto de um trabalho de pressão das massas,

organizadas ou não. Os governadores citados como seus aliados, como também os representantes de órgãos de classe, os partidos, os intelectuais, técnicos, políticos e os cidadãos em geral eram contrários à política de alianças e de intervenção que os Estados Unidos faziam na América Latina. Na medida em que Jango se identificava com este entendimento político, e reagia às tentativas “imperialistas” de subordinação do Brasil ao capital estrangeiro e de alijamento da burguesia nacional do poder político, recebia este apoio transversal e instável.

O programa do governo Goulart era genérico e apontava para os seguintes objetivos:

- aumento das taxas de crescimento para 7,5% ao ano;
- absorção da mão de obra sub-empregada;
- distribuição de renda para diminuir desigualdades e prover condições mínimas de habitação e saneamento;
- diminuição do desequilíbrio da balança de pagamentos;
- correção nas deformações estruturais, adaptando o setor industrial à necessária estrutura de emprego e possibilitando o aumento da produtividade agrícola.

Para atingir estes objetivos o governo elevou a taxa de poupança, através da reforma fiscal e da contenção do déficit de custeio das empresas públicas. Ao mesmo tempo, o governo deveria estabelecer prioridades e corrigir desperdícios para melhorar a composição dos investimentos e introduzir técnicas de planejamento. Neste sentido seriam contemplados três níveis:

- plano perspectiva, em vinte anos;
- plano quinquenal
- plano de emergência.

Neste último, o governo estabeleceu medidas pontuais e reformas institucionais para as políticas monetária, bancária e financeira pública.<sup>7</sup>

Nas reformas institucionais menciona a criação do Banco Central e do Banco Rural, na proposta de uma legislação bancária; e, na vertigem das mudanças, chamou as *massas* a clamar pelas *reformas de base*: reforma agrária, reforma urbana, reforma universitária e reforma tributária.

A discussão criou fôlego, surgindo várias outras propostas como a nacionalização de vários setores relacionados à indústria como energia

elétrica, refinarias de petróleo, indústria química farmacêutica e modificações na lei de remessas de lucros para o exterior.

Das reformas propostas, algumas atingiam setores capitalistas nacionais e outras, interesses internacionais: a reforma agrária atingia às oligarquias rurais; o limite ao crédito e a reforma fiscal à burguesia nacional; a nacionalização de setores industriais e mais limite na lei de remessa de lucros para o exterior tocava no capital internacional.<sup>8</sup>

As relações entre o Governo Goulart de um lado, e a burguesia nacional e os interesses dos Estados Unidos se deterioraram sensivelmente. Ao lado desta movimentação, o Governo Goulart deu continuidade à política externa, independente, do Governo anterior: em 1961, reatamos as relações diplomáticas com a URSS e em 1962, na reunião da Organização dos Estados Americanos (OEA), o Brasil absteve-se de votar pela expulsão de Cuba, desta organização, contrariando a posição dos Estados Unidos.

Vivenciávamos a experiência parlamentarista, solução aceita pelos setores mais conservadores para evitar a entrega da direção do governo brasileiro ao Jango. Em 1962, o Gabinete de Ministros estava sendo presidido por Tancredo Neves, que por discordar das medidas propostas pelo Executivo, demite-se coletivamente. Segue-se uma gangorra nas candidaturas à presidência do Gabinete: Santiago Dantas é rejeitado pelo Congresso e Auro de Moura Andrade recusado pelo Executivo. Em outubro do mesmo ano, há eleições proporcionais, e o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), o partido do Jango, aumenta sua bancada; mesmo assim o Congresso continuou conservador. René Armând Dreifuss,<sup>9</sup> escreveu sobre a ação política do complexo *IPES/IBAD*<sup>10</sup> nos partidos políticos e no Congresso, demonstrando como “o objetivo estratégico deste ‘complexo’ era levar a estrutura política a um ponto de crise, no qual os civis apoiariam soluções extraconstitucionais e os militares se sentiriam compelidos a intervir como moderadores, no que em 1962 era um sistema político altamente polarizado”. O Congresso Brasileiro transforma-se num palco, aonde as forças políticas vão se enfrentar. De centro-esquerda seria formada a Frente Parlamentar Nacionalista e de direita a Ação Democrática Parlamentar.

Esta conjuntura política associada a uma outra, a econômica, não ajudava ao Governo Goulart sair do impasse. Houve redução da taxa do

crescimento do PIB, que em 1961 era de 8,6% ao ano e em 1962, de 6,6% ao ano e desequilíbrio na balança de pagamentos com a redução das exportações e diminuição de entrada de capital autônomo.

Em dezembro de 1962, Celso Furtado, então ministro do planejamento, apresenta um Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social com base em um diagnóstico, que apontava 'excesso de demanda via gastos públicos', e, um receituário que reduzia o déficit público, controlava a expansão do crédito ao setor privado e combatia a inflação. A meta do referido plano era reduzir a inflação a 23% em 1963, a 10% em 1965 e prometia, para este ano, o crescimento do PIB em 7%. Nenhuma dessas promessas, contidas no plano, foram concretizadas. Em janeiro de 1963, o Governo retirou os subsídios do trigo e dos derivados do petróleo, conseqüentemente, houve aumento nos preços desses produtos em torno de 70% e 100%, respectivamente, e reajuste nas tarifas dos transportes urbanos.

O Gabinete de conciliação presidido por Brochado da Rocha apresentou um imenso programa, repetindo os pontos básicos do anterior e solicitou ao Congresso poderes especiais para efetivar a reforma tributária, o que lhe foi negado, aumentando, desse modo, seu desprestígio.

Em janeiro de 1963, a campanha do plebiscito já estava nas ruas: a permanência do parlamentarismo ou à volta do presidencialismo. Ganha a segunda opção. Alguns setores que apoiavam o Governo sentem-se mais confiantes; entretanto, a economia continua a se desorganizar. Aos poucos o impasse entre forças de direita, de centro e de esquerda vai sendo rompido pela formação de uma coligação parlamentar conservadora em defesa de um Brasil alinhado aos Estados Unidos da América do Norte. Nenhuma mudança deveria causar fissura nas relações de dominação entre o imperialismo e a nação brasileira. Com greves e paralisações constantes, o Governo perde o apoio de setores da burguesia nacional, que avaliam estar o Governo muito comprometido com as forças políticas esquerdistas; sem abdicar das reformas e sem se distanciar da esquerda, principalmente dos comunistas, Goulart não mais inspira confiança à burguesia nacional. Resta-lhe o Congresso, como campo de manobra, portanto solicita ao mesmo que aprove o encaminhamento do *estado de sítio*. Dois governadores reagem ao pedido de Goulart, Carlos

Lacerda, pela direita e Miguel Arraes, pela esquerda. Goulart retira do Congresso a solicitação. Em janeiro de 1964, o Governo Goulart decide regulamentar a Lei de Remessa de Lucro para o exterior, limitando em 10% dos capitais registrados, não incluindo os capitais destinados ao reinvestimento no País, afrontando as multinacionais. Não há mais possibilidades para alianças, que permitissem a governabilidade. Santiago Dantas, candidato ao cargo de primeiro ministro durante o período parlamentar, representou a última oportunidade “de formação de um governo consensual, liderado pela burguesia. A rejeição a Santiago foi, de fato, a rejeição pelas classes dominantes de uma composição com o trabalhismo”.<sup>11</sup>

Havia, indubitavelmente uma tensão política entre o Executivo o Legislativo e os Governos Estaduais, que levantaram suspeitas das intenções continuístas de João Goulart e da movimentação de Brizola para driblar a legislação eleitoral que proibia parente ser candidato a cargo ocupado na seqüência por familiares. Com o slogan *cunhado não é parente*, os brizolistas iniciaram a campanha para o seu candidato à presidência da república.

Os partidos se partiram em alianças e nas composições das chapas eleitorais. Em 1962, foram considerados nacionais, apenas, 13 partidos. Fazendo uma retrospectiva do desempenho dos partidos maiores desde a redemocratização o quadro é o seguinte: em 1945 o PSD obteve 42,3% dos votos, a UDN 26,3% e o PTB 10,1%; em 1954 o PSD obteve 22%, a UDN 13,8% e o PTB 14,9%; em 1962 o PSD 15,6%, a UDN 11,2% e o PTB 12,1%. Os outros percentuais estavam distribuídos nos pequenos partidos. Isto significou o declínio do alinhamento, em nível nacional, entre PSD e PTB, o ofuscamento da oposição udenista e a impossibilidade de uma aliança entre PSD e UDN, que, somente veio a ocorrer durante a ditadura com o nascimento da ARENA e do MDB. Daí, ter se formado a Frente de Mobilização Popular que incluía a Frente Parlamentar Nacionalista, Ligas Camponesas, Sindicatos Rurais, Comando Geral dos Trabalhadores, Pacto de União e Ação Sindical, União Nacional dos Estudantes, Ação Popular, Partido Comunista Brasileiro e militares nacionalistas.

Quem atacava o populismo argumentava o esgotamento do pacto social populista e o clima de desordem. A estes se juntaram forças

políticas conservadoras (internas e externas) e uma vanguarda de coalizão burguesa e ideologicamente de direita: IPES, IBAD e ESG, ADP. Como numa cruzada, acusavam o Governo Goulart de:

**a-** tendência estatizante ameaçadora dos investimentos privados.

**b-** infiltração comunista, ameaçando subverter a ordem social e econômica.

**c-** paralisação sucessiva da produção, pelos líderes grevistas, com objetivos políticos, claros.

**d-** crise de autoridade orgânica e de hegemonia política - crise ideológica partidária.

Em *A Revolução Que Nunca Houve*, Joseph Page indica o apoio explícito dos Estados Unidos ao Golpe de 1964, comentando que em março de 1964, Thomas Mann, secretário assistente para assuntos interamericanos, no governo do Presidente Johnson, anunciou que os Estados Unidos não mais se oporiam automaticamente à derrubada das democracias latinas. Outro historiador americano, Thomas Skidmore, em seu livro *Política no Brasil*, informa que o embaixador dos Estados Unidos, no Brasil, Lincoln Gordon, tinha total conhecimento da crescente conspiração e a embaixada daria total apoio ao novo governo. Page vai mais longe: “*a embaixada chegou a oferecer armas, se fosse necessário. A conspiração não foi concebida em Washington, no entanto os acontecimentos de fevereiro e março, a presença do IPES e do IBAD, indicam claramente que qualquer coisa que nascesse da conspiração viria embrulhada numa bandeira americana*”.

Quem vivenciou os meses que precederam ao golpe militar pode testemunhar o clima de

insegurança e de boatos sobre o futuro do país. Na realidade, nem os governantes ou os opositores sentiam-se seguros defensores da democracia, apesar da retórica bradar o contrário. Todos conspiravam contra todos.

A documentação consultada pelo jornalista Geneton Moraes Neto,<sup>12</sup> que segundo ele próprio, foi encontrada graças a repetidas expedições realizadas à ‘três montanhas de papéis’ - “o *Public Record Office*, em Londres, a *Biblioteca do Congresso* e o *Arquivo de Segurança Nacional*, em Washington” - fornece ao leitor um cenário do que pensava e planejava, nos bastidores, grupos internacionais preocupados com os

rumos que o Brasil poderia tomar e, também, possibilita ao analista político perceber conceitos formulados, por estes grupos alienígenas, sobre a política brasileira e os políticos de diferentes partidos. Estas informações foram trocadas entre embaixadas e serviços secretos de vários países, principalmente entre os Estados Unidos e a Inglaterra.

Os relatórios das embaixadas, sobre a situação política do Brasil, desde que Goulart assumiu a presidência da república, denunciavam uma preocupação com o futuro do país, ou melhor, com a sucessão presidencial. Um deles, (documento FO 371/162.131), da embaixada britânica, enviado a Londres em 29 de dezembro de 1961 informa que Washington demonstra reserva em relação ao Brasil e considera o ministério de Tancredo Neves incapaz de conduzir o país para uma solução de estabilidade; este cenário possibilita, segundo o relatório “pessoal e confidencial”, ‘soluções cirúrgicas’, rápidas. Mas, o relator pergunta: “que tipo de cirurgia política seria ou não uma boa solução. Mas quem é e onde está o cirurgião?” Outra análise, contida no relatório do embaixador Leslie Fry, a Londres, comenta sobre as futuras eleições e qual seria o papel das esquerdas nas eleições de 1965,<sup>13</sup> que se anunciava como uma acirrada disputa entre a UDN e o PSD,<sup>14</sup> fulanizada com os nomes de Carlos Lacerda pela UDN e de Juscelino Kubitscheck pelo PSD, principalmente. Nenhum dos dois nomes teria o apoio da esquerda. Outros nomes, mais ‘estadualizados’ como o de Adhemar de Barros e Carvalho Pinto (São Paulo), Magalhães Pinto (Minas Gerais), Nei Braga (Paraná), também não receberiam o apoio da esquerda nem do Partido Comunista Brasileiro. O Sr. Leonel Brizola, impedido de ser candidato por ser cunhado do Presidente, foi lembrado por Luís Carlos Prestes como o político brasileiro com perfil mais aproximado a Fidel Castro, talvez reunisse mais condições para ser apoiado pela esquerda, se não fosse cunhado do Presidente. Entretanto, o relatório confidenciava que o Sr. Brizola é visto por marxistas brasileiros como um ‘aventureiro burguês’ e ameaça a liderança do PCB (Partido Comunista Brasileiro) sobre a esquerda. Por tudo o que Leonel Brizola representava, o PCB considerava Miguel Arraes uma alternativa à candidatura Brizola; embora não fosse membro desse partido e se caracterizasse como um político de alcance ‘estadual’, pela sua trajetória e pelo modo como governava Pernambuco, com apoio da esquerda, mas ao mesmo tempo, combatendo

os extremismos das Ligas Camponesas e “os agitadores” do PC do B, Arraes reuniria mais condições de liderar uma ação política governamental, mais à esquerda, entre os democratas. Pelo trabalho desenvolvido na área de educação e cultura logo se agregou uma liderança, no mínimo regional.

A sua posição, todavia, não era fácil. Espionado pela direita e, sem a confiança do Presidente da República, caso o mesmo tivesse algum plano continuísta, Arraes conquistou espaço político em nível nacional pela sua ação junto aos camponeses da zona da mata fazendo algo revolucionário na época, isto é, fazendo cumprir as leis trabalhistas, que acabavam de ser estendidas aos trabalhadores do campo: salário mínimo, repouso semanal remunerado, décimo terceiro salário e, sobretudo, retirando a polícia dos ambientes freqüentados pelos camponeses – suas casas e seus sindicatos.

Os boatos sobre as intenções continuístas de Goulart eram vistos pelo embaixador inglês, Geoffrey Wallinger, em despacho de 10 de setembro de 1962 como algo que poderia desmistificar o Presidente: “*se Goulart conseguir se estabelecer com poderes ditatoriais, a possibilidade de um golpe comunista será ainda pequena, mas a cegueira de sua ânsia pelo poder poderá permitir brechas a serem exploradas pelas técnicas comunistas, porque a opinião pública começa a se revoltar contra o paternalismo estreitamente nacionalista e demagógico – que seria sua versão da ditadura sindicalista de Vargas.(...) A melhor coisa que pode acontecer é o Sr. Goulart tentar um golpe, fracassar e sofrer um impeachment. Mas entendo que, ao me referir a esta sugestão, estou confessando que também eu fui contaminado pelo clima geral de crise e iminente violência*”.<sup>15</sup>

A instabilidade democrática e a ambição pelo poder, a ausência de diferenças concretas entre os partidos com densidade eleitoral, diferenças estas, capazes de produzir programas claros sobre como conduzir a economia e a sociedade às reformas, projetavam um clima de desconfiança entre grupos, partidos e líderes. Nem as questões políticas eram resolvidas no Congresso Nacional nem as militares eram solucionadas nos quartéis. Os dois partidos de maior densidade eleitoral, o PSD e a UDN estariam provavelmente unidos, no Congresso, para combater a reforma agrária, mas não tão unidos no que dizia respeito à

lei que regulamentava a remessa de lucros para o exterior. Provavelmente, juntaram à discussão sobre a Lei de Remessas de Lucros no Congresso argumentos obtidos nos escritórios das multinacionais. Os militares por sua vez procuravam apoio dos Estados Unidos, aliando-se aos adidos militares, nas embaixadas.

Diante de um quadro confuso sobre o poder e a democracia era natural o surgimento de planos mirabolantes, que deveriam ser realizados com auxílio das forças armadas. Portanto, qualquer notícia poderia ser crível e muitas versões foram dadas aos acontecimentos, naquele momento

Recorrendo às informações dadas pelo jornalista Geneton Moraes Neto a embaixada britânica, em Washington, avisa ao Foreign Office, em Londres, que a CIA,<sup>16</sup> no dia 31 de dezembro de 1962, produziu um documento informando sobre um complot de militares brasileiros para derrubar João Goulart. Em sentido contrário, um relatório secreto produzido pelo Departamento de Estado (norte-americano) informa sobre o plano do presidente João Goulart para permanecer no poder, centralizando em si redobrados poderes. O plano se iniciava com a apresentação, por parte de Goulart, de um programa de governo ao Congresso, que seria por este recusado; na seqüência, o Gabinete renunciaria e um grupo de militares aliados do presidente Goulart, daria base de sustentação ao novo Governo.

Em 10 de outubro de 1963, os diplomatas britânicos informavam ao mesmo birô político, a opinião dos soviéticos sobre quem é e quem não é de extrema-esquerda, no Brasil. Para surpresa, o nome do Sr. Luís Carlos Prestes não é considerado de extrema-esquerda no país, mas o do Sr. Leonel Brizola, sim. A visão da embaixada soviética sobre o momento político do Brasil era o seguinte:

*“O homem comum, o trabalhador e o camponês, não tem virtualmente nenhuma representação no Congresso, uma instituição sem coesão e sem liderança. As pressões sobre o Governo vêm de extremistas dos dois lados. Pode haver briga se uma ou outra tendência der a impressão de estar por cima. Se, por exemplo, Carlos Lacerda for eleito presidente em 1965 então a extrema-esquerda poderia despontar. Quando fala em extrema-esquerda, ele se refere*

*a Brizola e gente assim, não ao senhor Prestes ou ao Partido Comunista, que prefere perseguir o poder por meios constitucionais. (...) O Brasil, na aparência, diz o embaixador, pode parecer calmo. Mas, além das tensões latentes há outras matérias inflamáveis à mão. Por exemplo: cerca de 20 milhões de pessoas vivem em estado quase famélico no Nordeste do Brasil; muitas pessoas possuem armas. Por quanto tempo a presente situação pode ser mantida?"*

De todas essas versões dramáticas, que naqueles anos idos de 60 se espalhavam rapidamente, algumas ou todas poderiam ter ocorrido. Que os militares preparavam um complot contra o Governo Goulart é a mais verossímil, por ter esse boato se tornado realidade; embora, a versão fosse incompleta. Faltava a conexão entre os militares, os civis e os interesses transnacionais. Que os militares, que formavam a base de sustentação do Governo Goulart, se articulavam para reagir a um possível golpe da direita, portanto tentariam uma manobra de contragolpe à la General Lott parece ter um certo fundamento pelo conhecimento que se tem do 'dispositivo militar' do Jango. Esta versão foi confirmada por David Capistrano, secretário estadual do PCB, à base da SUDENE constituída por técnicos filiados e simpatizantes do PCB, reunidos na semana anterior ao 1º de Abril: *"se houver golpe será ao nosso favor. O esquema do presidente Goulart não vai falhar. Além dos oficiais nacionalistas, os sargentos estão apoiando as reformas e eles têm o comando da tropa"*. Este foi o principal informe da noite.

Escrevi sobre aquele tempo, que antecedeu ao dia 1º de Abril, antes das publicações do Paulo Francis,<sup>17</sup> do Élio Gaspari,<sup>18</sup> que pelo menos dois golpes se articulavam no país, um pela direita e outro pela esquerda, e, que em nenhum dos dois haveria lugar para Miguel Arraes. Na *Ditadura Envergonhada*, Élio Gaspari afirma: *"havia dois golpes em marcha. O de Jango viria amparado no 'dispositivo militar' e nas bases sindicais, que cairiam sobre o Congresso, obrigando-o a aprovar um pacote de reformas e a mudança das regras do jogo da sucessão presidencial"*. Continua Gaspari, *"se o golpe de Jango se destinava a mantê-lo no poder, o outro destinava-se a pô-lo para fora. A árvore do regime estava caindo, tratava-se de empurrá-la para direita ou para a esquerda"*.

Quem eram os militares e os civis que empurravam *a árvore*. Ou melhor, na fala do Gaspari, a árvore do regime parece ser uma representação do Jango, enquanto protagonista da nação. Jango é parte da herança política deixada por Getúlio Vargas. Era seu Ministro do Trabalho quando Getúlio Vargas suicidou-se, portanto recebeu uma boa parte desse espólio, que abortou uma escalada ao poder do Sr. Carlos Lacerda, líder udenista. O seu contato com líderes trabalhistas e sindicalistas o aproximou da máquina da previdência social, que na época era dividida por categorias: IAPTEC, IAPC, IAPI, IAPB, IPASE.<sup>19</sup> Aí, estavam milhares de cargos da burocracia que eram muito bem manipulados pelo PTB, partido, de Getúlio Vargas e de Jango, por herança. Neste jogo não havia direita nem esquerda. O empreguismo em troca de votos funcionava para todos, os da direita e os da esquerda. Para se manter no poder, Jango organiza um 'dispositivo militar', acreditando que bem calçado pelos militares não seria pela terceira vez exposto por eles. Lembrava-se sempre de um manifesto de coronéis que o tirou do Ministério do Trabalho, quando da morte de Getúlio e da rejeição dos militares à sua ascensão à presidência da república, na ocasião da renúncia de Jânio Quadros. O seu dispositivo militar era fundamentado nos dois exércitos mais bem aparelhados do país, o primeiro, sediado no Rio de Janeiro e o terceiro, no Rio Grande do Sul. Eram, os maiores em quantidade de homens e em armas modernas. O primeiro exército, acolhia a Divisão Blindada, marcava dia e noite os passos do Lacerda. O seu comandante, o General Ênio Garcia, que era muito ligado ao Juscelino Kubitschek, provavelmente espreitava o Lacerda mais para proteger o JK do que o Jango. O segundo exército, situado em São Paulo era um dos menos aparelhados. Desde que São Paulo se insurgiu contra o Governo em 1932, os militares por decisão interna trataram de esvaziar o poder daquele exército. O quarto exército comandado por Justino Alves Bastos era janguista e golpista ao mesmo tempo. Os ministros militares de Jango não tinham, de fato, o poder nos escalões menores. Entre os militares que não o apoiavam, estavam muitos líderes do Exército.<sup>20</sup>

Após todos estes anos, as memórias, as biografias foram se construindo, os documentos oficiais e os ofícios foram se revelando e

o historiador a quem se pede mais do que um relato tem diante de si muitas indagações acerca do desfecho do Governo Goulart.

Então, quem empurrava João Goulart para a direita e para a esquerda?

Para a direita, nenhuma grande força política com quem Goulart se aliava. O PSD talvez, mas com os resultados das últimas eleições nas quais este partido obteve apenas 15,6% a sua força era muito relativa. Alguns amigos militares, como o General Amaury Cruel, que nos últimos momentos tentou o afastamento do Presidente dos políticos e partidos de esquerda e recebeu uma resposta negativa. Provavelmente as mesmas ‘forças ocultas’ que denunciou Getúlio Vargas, em sua carta testamento. Para a esquerda, os comunistas, os socialistas, os trotskistas, as Ligas Camponesas, os sindicatos, parte do PTB, ministros do calibre de Darci Ribeiro e Celso Furtado, governadores como Leonel Brizola e Miguel Arraes. Embora não houvesse um programa de reformas, que atendesse a todos os interesses dessa esquerda, os problemas discutidos e apresentados eram comuns a toda esquerda, as possíveis soluções é que se apresentavam diferentes.

A derrubada do Governo se deu por uma ação militar, mal organizada e timidamente comandada. Caberia uma reação militar em sentido contrário. O Presidente João Goulart não assumiu as rédeas da reação ao golpe, também nenhum dos seus generais. Alguns políticos e militantes acenaram, mas foram impotentes diante da inércia de um lado e da força militar do outro, que de forma muito astuciosa calçou os líderes civis do movimento para depois cassar alguns deles, cuja confiança para um projeto à direita, em longo prazo, escapava.

O depoimento de Hangho Trench<sup>21</sup> confirma esta mesma visão: *“A conspiração não foi muito bem articulada, foi um negócio assim, como se diz na gíria, um pouco no grito. Agora o que houve é que eles conseguiram fazer uma mobilização popular muito grande ...”* A percepção do Trench é importante, porque era um dos prováveis oficiais superiores articulados com o PCB. O seu irmão, Eros Trench participava da direção do PCB, em São Paulo. Hango, foi oficial escolhido a dedo para comandar a polícia militar e proteger o Governador Miguel Arraes das investidas da direita e da extrema-esquerda.

No dia 31 de março o coronel do exército brasileiro e Comandante da Polícia Militar de Pernambuco foi ter com o Comandante do IV Exército Justino Alves para saber e informar ao Governador Arraes a real posição do Comando: *“A minha conversa com o General Justino a respeito da legalidade definiu a situação para mim. Supus que o Justino estivesse falando a verdade e que ele tivesse sendo superado por alguns oficiais, que estavam passando por cima dele. Tanto que, no começo, imaginei que era parte do exército que tinha se rebelado e não a totalidade. Na realidade, o Justino estava mentindo; era ele que estava dirigindo o golpe {no nordeste} e não teve a coragem de dizer isto”*. A impressão da militância do PCB, dos católicos de esquerda, das Ligas Camponesas, dos Sindicatos rurais e urbanos e de outros partidos, que apoiavam Arraes e Goulart era quase a mesma do Comandante da Polícia Militar. Atordoados, inicialmente, com as notícias chegadas através de telefonemas e rádios, todos estes grupos citados anteriormente avaliaram que se tratava de mais ‘um boato’ de golpe e que a crise era produto de mais uma conspiração, portanto o ‘dispositivo militar’ daria conta. Entretanto, no dia 1º de abril nem o Governador Arraes nem o Comandante Hango Trench tinham qualquer dúvida. Aliás, o Governador, após o Comício do dia 13 de março de 1964, foi ter com Magalhães Pinto,<sup>22</sup> Governador de Minas Gerais e um dos líderes civis do Golpe, e na volta a Pernambuco já afirmava que o ‘Golpe’ estava em marcha. O Governador e o Comandante tinham informações mais que suficientes para não permitir a reação armada, como muitos queriam. No dia 1º de abril, enquanto os coronéis tentavam convencer Arraes a renunciar ou aderir ao movimento, um grupo de militantes saiu do Palácio das Princesas e se reuniu a filiados do PCB para tomar algumas decisões e entre outras organizar a resistência armada. Contavam com 1200 fuzis do Corpo dos Fuzileiros Navais. Antes de iniciarem as ações chegou a notícia da prisão de Arraes e do seu Comandante Hangho Trench e do Chefe da Casa Militar do Governador, o coronel da Polícia Militar Romeu Sobreira. Este, antes de ir à prisão passou uma informação, que chegou aos companheiros de que a reação armada seria esmagada com muito rigor. Encerrava aí qualquer possibilidade de reação armada. Centenas de militantes, perambularam pelas ruas à procura de informações sobre o que fazer, qual a palavra de ordem. O Governador estava preso, o

Comandante da Polícia Militar o seu maior apoio, também, e o IV Exército, comandado pelo General Justino Alves Bastos, que, naquela manhã, havia acordado golpista, espalhava os seus contingentes militares pelo Recife, cercando o Palácio do Governo, a Faculdade de Direito e outros prédios e vias estratégicas. Como o Palácio das Princesas estava cercado não se sabia o que se passava lá dentro. Uma única reação pública de rejeição ao Golpe de 1964, naquelas primeiras horas em que as rádios locais haviam anunciado a adesão dos dois comandantes locais do exército e da marinha, foi registrada como uma passeata de estudantes; mais secundaristas que universitários, organizada de última hora, saiu da Escola de Engenharia e se dirigia ao Palácio das Princesas, influenciada pelo romantismo da força da palavra e de notas musicais contidas no hino nacional foi dispersa pela ação de “um certo Major Hugo, do Exército {que} tomou das mãos de um praça uma arma automática e, ele próprio, atingiu dois jovens estudantes, um nas costas, outro no rosto, estraçalhando-os”.<sup>23</sup> Os estudantes se chamavam Jonas de Albuquerque Barros, de 17 anos e Ivan Rocha Aguiar de 23 anos.

A repressão chegou muito rápida junto ao movimento camponês. No dia 1º de abril, o Secretário de Agricultura do Estado de Pernambuco, Jader de Andrade, procurou chegar até os camponeses da Liga de Limão e do Sindicato dos Trabalhadores da Cana de Açúcar de Palmares e já não havia mais ninguém. As casas estavam vazias, as portas fechadas e os camponeses presos ou escondidos. Uma cidade desabitada, onde o único ruído que se ouvia vinha das botas dos militares do exército, que já haviam cruzado a fronteira de Alagoas com Pernambuco.<sup>24</sup> Não havia armas, entre os camponeses, para reagir a não ser alguns revólveres, velhos, enferrujados que algum líder camponês tivesse para sua proteção. Toda a propaganda da direita com o IBAD, alarmando para uma possível revolução armada no campo, não passava de pretexto para que os americanos derramassem dinheiro para armar os senhores proprietários e financiassem as campanhas políticas da direita. Um episódio ocorrido na década de 60, em Surubim é bastante elucidativo e espero que a minha memória não falhe:

*A Liga Camponesa de Surubim convocou os seus associados para uma reunião com o objetivo de fazer uma demonstração de protesto contra os latifundiários da*

*região por haverem arrancado lavouras e destruído outros bens dos camponeses, provavelmente em julho de 1961. O escritório das Ligas de Pernambuco, que funcionava com advogados e médicos, profissionais liberais em geral, organizou-se para ir a Surubim, dar apoio aos camponeses utilizando o transporte do escritório, um jipe. Na última hora, o motorista não compareceu. Junto à equipe havia um antropólogo americano que estava fazendo pesquisas, no Brasil, para o seu doutorado e se ofereceu a dirigir o jipe, porque era o único do grupo que tinha carteira de motorista. Estava resolvido o problema. Ao chegarem a Surubim dirigiram-se à casa do Sr. Paizinho, que era um chefe local da Liga e o mesmo informou que o delegado do município o tenente Ateniense havia autorizado a manifestação. Os camponeses estavam 'armados' com porretes de madeira, manivas de mandioca, faixas, cartazes e se dirigiram à praça principal da cidade, onde está localizada a Igreja. Ao chegarem lá se depararam com um espetáculo: o pároco local havia convocado todas as crianças da Cruzada de Jesus, as mulheres Filhas de Maria e outras que faziam parte do Coração de Jesus, que na calçada da Igreja entoavam hinos e vivas aos santos e aos Estados Unidos. Com o microfone instalado na sacristia comandava as seguintes palavras de ordem – ABAIXO CUBA, ABAIXO A UNIÃO SOVIÉTICA E VIVA OS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA DO NORTE. O antropólogo americano, ao ouvir o nome do seu país ficou assustado e envergonhado e decidiu ir falar com o padre para explicar-lhe que os Estados Unidos não precisavam daquela demonstração de apoio. Ao se dirigir à Igreja, o padre, aos gritos denunciava que a Igreja estava sendo invadida por um cubano e conclamava a população a reagir. A praça transformou-se numa grande luta campal, inclusive com a polícia, presente, para garantir a passeata, pois entendia que ela seria pacífica, e, de repente ouvem-se tiros... Duas vítimas: um camponês baleado e uma criança de 12 anos, provavelmente cruzadinha de Jesus, com uma bala na cabeça. A criança*

*era filha de um proprietário e político da região. Estabeleceu-se uma caça 'ao cubano' que conseguiu escapar com vida. Naquela noite o corpo daquela criança estava envolto numa 'bandeira americana' e o seu sacrifício executado à sombra da guerra fria.*

Qual o significado do movimento civil-militar de 1964 para a história do Brasil?

Talvez tenha sido o momento histórico, da República em que não houve conciliação. O Governo Goulart e as esquerdas radicalizaram suas posições; os descontentes com o caminho das reformas de base, também se mobilizaram e não houve acordo. As massas foram mobilizadas pela esquerda e a classe média pela direita. Desde 1954 que já se anunciava esta bipolaridade. Parte do exército tomou o partido dos grandes capitalistas, nacionais ou estrangeiros e executou para estes, o que eles não teriam condições de fazê-lo: destruir as estruturas partidárias, possibilitar o aparecimento de alternativas para o movimento sindical fora dos partidos, desmobilizar o movimento estudantil.

Na interpretação de José Honório Rodrigues, o Golpe proporcionou uma ditadura com certa dose de legalismo constitucional: *“Uma ditadura não deixa de ser ditadura porque os ditadores se revezam, se auto escolhendo no poder e escolhendo seus auxiliares, assim como um restaurante não deixa de ser restaurante porque serve sob sistema de rodízio e não à la Carte”*.

Na análise de Miguel Arraes,<sup>25</sup> *“o Golpe de Estado que foi o resultado de uma dupla incapacidade: a de Goulart, impotente para governar o país e opor-se às manobras reacionárias, e a das forças populares, incapazes de se entender para chegar a uma ação, a partir de uma visão comum dos problemas, teria sido {também} o meio escolhido pelas forças reacionárias do país para por fim à instabilidade de poder que caracterizava o governo João Goulart e para destruir o movimento popular cujo crescimento era desordenado”*.

Há um consenso entre historiadores, jornalistas e cientistas políticos sobre a preparação do golpe. Ela veio de muito longe. Entretanto o seu desfecho foi precipitado. Isto teria conseqüências na formulação do modelo de ditadura e na administração do poder, após o Golpe. Por exemplo, o Ato Adicional que editaram a 9 de abril não tinha número,

pois nunca pensaram em editar subseqüentes. O fechamento das liberdades democráticas foi acontecendo à medida que a resistência foi também se construindo. A ditadura e a resistência, num movimento dialético possibilitaram trilhar e construir o caminho da democracia.

### Notas:

\*Professora do Departamento de História da UFPE.

<sup>1</sup>Guerra Fria é um conceito do conflito ideológico criado após a Segunda Guerra Mundial e a divisão da Alemanha entre os soviéticos e os americanos. Indica também os desacordos entre os Estados Unidos e a União Soviética e a política de influência e de espionagem que estas duas potências vão realizar sobre os países em todos os continentes, até 1991.

<sup>2</sup>Este termo criado a partir de 1923, significava que várias repúblicas estavam unidas sob a égide da Rússia, como a Letônia, Estônia, Lituânia, Casaquistão, Usbequistão e outras.

<sup>3</sup>URSS- Abreviatura da União das Repúblicas.Soviéticas Socialistas.

<sup>4</sup>MORAES NETO, Geneton. *Dossiê Brasil*. Editora Objetiva Ltda. Rio de Janeiro, 1997, p.95.

<sup>5</sup>USAID – Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional.

<sup>6</sup>O livro citado foi traduzido para o português e editado pela Editora Universitária em 2006, sob o mesmo título, hoje fazendo parte da Coleção Nordeste.

<sup>7</sup>No setor monetário e bancário o Governo deveria controlar os quantitativos de crédito a fim de manter a oferta monetária constante em termos reais. No financeiro-público, o Governo deveria aplicar o plano de economia do governo de Jânio Quadros e financiar o déficit programado de 1962 de forma não inflacionária; e, realizar programas de investimentos públicos em fases plurianuais, estabelecendo metas fiscais, setoriais e regionais. Por último, o Governo acenava para uma reforma fiscal, que estimulasse o aumento da formação de capital de 14% para 23,75% do PIB, em cinco anos.

<sup>8</sup>A modificação da lei de remessas de lucros, por exemplo, impedia que as empresas estrangeiras incluíssem o que elas reinvestiam no país (Brasil), para a base de cálculo de remessas; o cancelamento da concessão de exploração do minério de ferro à empresa norte-americana Hanna Corporation e a desapropriação dos bens da Companhia Telefônica Nacional, subsidiária da ITT (norte-americana) são alguns exemplos.

<sup>9</sup>Autor de *1964: A CONQUISTA DO ESTADO. Ação Política, Poder e Golpe de Classe*. Vozes. Petrópolis, 1987.

<sup>10</sup>IPES/IBAD – Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais e Instituto Brasileiro de Ação Democrática formaram um complexo político militar, com participação de intelectuais orgânicos e empresários, cuja finalidade era desestabilizar o Governo de João Goulart. Estes grupos estavam associados ao capital multinacional, tencionavam “neutralizar

o bloco de poder tradicional, na certeza de que a elite orgânica poderia sair vitoriosa e dinamizar o processo de modernização capitalista”. Conferir com René Armand Dreifuss, em *1964: A Conquista do Poder*, p. 162, ob. cit.

<sup>11</sup>DREIFUSS. *1964: A Conquista do Estado*, p. 323.op. Cit.

<sup>12</sup>Autor do *Dossiê Brasil. As histórias por trás da história recente do país*. Editora Objetiva, 2ª Edição. Rio de Janeiro, 1997.

<sup>13</sup>Eleição que nunca se realizou. O golpe militar de 1964 impossibilitou a realização de atividades democráticas.

<sup>14</sup>UDN – União Democrática Nacional e PSD – Partido Social Democrático. Durante a ditadura militar estes dois partidos vão se fundir em um outro ARENA, que significa Aliança de Renovação Nacional.

<sup>15</sup>Citado por MORAES NETO, Geneton, op. cit. Pp. 107, 108.

<sup>16</sup>CIA – Agência Central de Inteligência , dos Estados Unidos.

<sup>17</sup>FRANCIS, Paulo. *Trinta Anos esta Noite – 1964 o que vi e vivi*. São Paulo. Companhia das Letras, 1994.

<sup>18</sup>GASPARI, Élio. *A Ditadura Envergonhada*. São Paulo. Companhia das Letras, 2002.

<sup>19</sup>IAPTEC – Instituto de Aposentadoria dos Trabalhadores do Transporte de Cargas. IAPC – Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes. IAPI – Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários. – IAPB - Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários. IPASE – Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Servidores do Estado.

<sup>20</sup>O General Castelo Branco – chefe do Estado Maior do Exército; General Odílio Denis, apesar de reformado tinha grande prestígio no Exército; General Costa e Silva, que a contra gosto de quase todos se tornou ministro do Exército; General Ernesto Geisel; General Golbery do Couto e Silva.

<sup>21</sup>Publicado em *A Trilha do Golpe 1964 revisitado*, Organizadores – MARRETO, Túlio Velho e FERREIRA, Laurindo. Recife, A Fundação; Editora Massangana, 2004, pp 77 a 79.

<sup>22</sup>Informação de Paulo Francis em *Trinta Anos esta Noite*, op. cit. p. 34.

<sup>23</sup>Citado por Paulo Cavalcanti – *No Caso Eu Conto Como O Caso Foi – Da Coluna Prestes à Queda de Arraes*, Editora ALFA-OMEGA , São Paulo, 1978, p. 339.

<sup>24</sup>Aliás, uma estratégia utilizada contra Pernambuco pela monarquia portuguesa, pelo governo imperial e pelos governos republicanos conservadores, desde a Revolução de 1817 até 1964. Os corpos militares na fronteira de Alagoas sempre estiveram prontos a intervir, caso Pernambuco não conciliasse.

<sup>25</sup>ARRAES, Miguel. *O Brasil, O Povo E O Poder*. Recife, Editora Universitária, 2006. p. 214.

### **Bibliografia:**

ARRAES, Miguel. *O Brasil, o Povo e o Poder*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2006.

BARRETO, Túlio Velho e FERREIRA, Laurindo. *Na Trilha do Golpe. 1964 Revisitado*. Recife: A Fundação; Editora Massangana. 2004.

## ÀS VÉSPERAS DO GOLPE MILITAR DE 1964...

BOTTMORE, Ton. Dicionário do Pensamento Marxista. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor. 1988.

CAVALCANTI, Paulo. O caso eu conto como o caso foi: da Coluna Prestes à Queda de Arraes. São Paulo. Editora Alfa-Ômega. 1978.

DREIFUSS, René Armand. 1964 A Conquista do Estado. Petrópolis RJ. Editora Vozes. 1987.

FRANCIS, Paulo. Trinta Anos Esta Noite. 1964 o que vi e vivi. São Paulo. Companhia das Letras. 1997.

GASPARI, Élio. A Ditadura Envergonhada. São Paulo. Companhia das Letras. 2002.

MORAES NETO, Geneton. Dossiê Brasil. Rio de Janeiro. Editora Objetiva. 1997.